




TCE-RJ
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCE - RJ
PROCESSO Nº 302.232-7/13
Rubrica  Nº 391

CONTRATO Nº 58/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA ON SITE DE EQUIPAMENTOS HP.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Praça da República, nº 70, Centro, nesta Cidade, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 30.051.023/0001-96, doravante designado, simplesmente, de **TCE-RJ**, neste ato representado por seu Presidente, Excelentíssimo Conselheiro Doutor **JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR**, portador do documento de identidade nº 92.010.356-1, órgão expedidor DETRAN/RJ e a sociedade empresária **HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.** doravante designada, simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na Alameda Rio Negro, nº 750, 1º andar, sala 4 – Alphaville – Barueri-SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 61.797.924/0001-55, neste ato representada por seus procuradores, **FÁBIO NOBORU TAKAKUWA**, portador do documento de identidade nº 4.835.000, órgão expedidor SSP/SP, CPF nº 075.812.828-21, e **LEVI FLORENTINO PEDRO**, portador do documento de identidade nº 17.417.311-8, órgão expedidor SSP/SP, CPF nº 114.793.938-19, em decorrência do resultado do **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2013**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, parte integrante do processo administrativo **TCE-RJ nº 302.232-7/13**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO)

A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços de manutenção corretiva *on site* de equipamentos HP ao **TCE-RJ**, conforme estabelecido nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ANEXO A** do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** do **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2013**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prestação dos serviços dar-se-á em conformidade com a Proposta Comercial da **CONTRATADA**, datada de 13 de novembro de 2013, com o Histórico do Pregão e a Ata de Realização de Pregão Presencial, acostados às fls. 286 e 367, respectivamente, do processo administrativo **TCE-RJ nº 302.232-7/13**, os quais, juntamente com o **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2013** e seus **ANEXOS**, são partes integrantes e inseparáveis deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição.


Departamento
Jurídico



CLÁUSULA SEGUNDA
(DO PAGAMENTO)

O preço total deste **CONTRATO** é de **R\$135.960,00** (cento e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O TCE-RJ efetuará o pagamento em 12 (doze) parcelas sucessivas, mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - (Do Reajustamento)- O preço fixado no *caput* desta cláusula, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderá ser reajustado utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inexistindo a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do **TCE-RJ**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento do acréscimo a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário-Geral de Administração do **TCE-RJ**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da **CONTRATADA** dirigido ao Subsecretário-Adjunto de Administração e Finanças do **TCE-RJ**.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o **TCE-RJ** antecipe o pagamento da **CONTRATADA**, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO SEXTO - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da **CONTRATADA**, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores.

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso de a **CONTRATADA** ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, ou como Pessoa Jurídica amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

[Assinaturas manuscritas]



TCE-RJ
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCE - RJ
PROCESSO N° 302.232-7/13
JULGADA 393

CLÁUSULA TERCEIRA
(DO PRAZO DE VIGÊNCIA)

O prazo de vigência deste **CONTRATO** será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do item 10 das **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ANEXO A** do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** do **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 98/2013**.

CLÁUSULA QUARTA
(DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)

Os serviços serão executados na forma prevista nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – ANEXO A** do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** do **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 98/2013**.

CLÁUSULA QUINTA
(DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)

A presente despesa, no valor global de **R\$135.960,00 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais)**, correrá à conta do orçamento do exercício de 2013, no valor de **R\$22.660,00 (vinte e dois mil, seiscentos e sessenta reais)**, compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho 0201.0103201372.003 e pela Natureza de Despesa 3390.39.17, com cobertura através da Nota Empenho n° 2013NE00737, e de 2014, no valor de **R\$113.300,00 (cento e treze mil e trezentos reais)**, cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa serão consignados no Quadro de Detalhamento a ser publicado oportunamente.

CLÁUSULA SEXTA
(DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES)

A **CONTRATADA**, durante toda a execução do **CONTRATO**, se obriga a:

I - Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

II - Ser a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **TCE-RJ** ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do **TCE-RJ**.

III - Executar os serviços objeto do presente **CONTRATO** rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.



TCE-RJ
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCE - RJ
PROCESSO Nº 302.232-7/13
Data: 394

IV - Manter, durante a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

V - Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste **CONTRATO**.

VI - Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste **CONTRATO**.

VII - Credenciar junto ao **TCE-RJ** funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

VIII - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **TCE-RJ** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores.

IX - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do **TCE-RJ**.

X - Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do **TCE-RJ** ao serviço em questão.

XI - Cientificar, imediatamente, a fiscalização do **TCE-RJ** de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço.

XII - Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização do **TCE-RJ**.

XIII - Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do **TCE-RJ**.

XIV - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

XV - Nas operações internas a que se refere o Convênio ICMS nº 26/2003, poderá emitir nota fiscal ou fatura mencionando expressamente que se trata de "*operação beneficiada com isenção de ICMS nos termos do Convênio ICMS 26/2003. Valor dispensado de R\$ xxxx*", bem como cumprir todas as determinações da legislação tributária para a fruição do referido benefício fiscal.

XV-1 - Para usufruir do benefício a que se refere o subitem anterior, a empresa deverá indicar na sua proposta comercial que os preços ofertados não contemplam o valor do ICMS devido.

PARÁGRAFO ÚNICO - As obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA** serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, ao **TCE-RJ**, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.



TCE-RJ
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TCE-RJ
PROCESSO Nº 302.232-7/13
FOLHA 395

CLÁUSULA SÉTIMA
(DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO)

O gerenciamento e a fiscalização deste **CONTRATO** caberão, **respectivamente**, aos servidores Luiz Carlos de Jesus Silva, matrícula 02/004265, da **Coordenadoria de Atividades Gerais (CGA) do TCE-RJ**, e Gabriel Augusto Cavalcanti Canabarro, matrícula 02/003807, da **Assessoria de Redes e Bancos de Dados (ASR) do TCE-RJ**, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e dos art. 3º e 4º do Ato Normativo TCE nº 127, de 08/05/2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no **CONTRATO** e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do **TCE-RJ** deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

PARÁGRAFO QUARTO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **TCE-RJ** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **TCE-RJ** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **TCE-RJ** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA OITAVA
(DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)

No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste **CONTRATO**, o **TCE-RJ**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à **CONTRATADA**, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287 de 04/12/79 e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

I - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação dos serviços, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

II - multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou inexecução de qualquer natureza, seja contratual ou legal.



TCE-RJ
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TCE-RJ
PROCESSO Nº 302.232-7/13
PÁG 396

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **TCE-RJ** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação de multas não elidirá o direito do **TCE-RJ** de, em face do descumprimento do pactuado, rescindir de pleno direito o **CONTRATO**, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA **(DA RESCISÃO)**

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo **TCE-RJ**, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos e forma previstos nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de este **CONTRATO** vir a ser rescindido por dolo ou culpa da **CONTRATADA**, serão aplicadas as sanções previstas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável; se, por outro lado, tal rescisão provocar dano ao **TCE-RJ**, será promovida a responsabilidade da **CONTRATADA**, visando ao ressarcimento destes danos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultado ao **TCE-RJ**, em qualquer hipótese, aplicar as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurada prévia defesa à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - De qualquer penalidade que venha a ser imposta à **CONTRATADA** caberá recurso, na forma da legislação aplicável, e pedido de reconsideração, ao Presidente do **TCE-RJ**, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLAUSULA DÉCIMA **(RECEBIMENTO DO OBJETO)**

A cada serviço executado, o objeto será recebido por servidor, a ser designado, da Assessoria de Rede e Banco de Dados (ASR) do **TCE-RJ**:

CONTRATO N.º 58/2013

(Assinaturas manuscritas)





TCE-RJ
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.232-7/13

RECEBIDA

397

I - provisoriamente, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) contados da comunicação escrita da **CONTRATADA** informando o término dos serviços, nos termos do art. 73, inciso I, alínea *a*, da Lei Federal nº 8.666/93;

II - definitivamente, no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas), mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto ao consignado nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - ANEXO A** do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II** deste edital, nos termos do art. 73, inciso I, alínea *b*, da Lei Federal nº 8.666/93, e observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento provisório ou definitivo pelo **TCE-RJ** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2013**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **(DA RENÚNCIA A DIREITOS)**

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste **CONTRATO**, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **(DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)**

As **PARTES CONTRATANTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições deste **CONTRATO**, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Ato Normativo **TCE-RJ** nº 85, de 2 de agosto de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Título XI da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979 - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, no que não conflitem com a legislação federal, e ao Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **(DA PUBLICAÇÃO)**

Obriga-se o **TRIBUNAL** a mandar publicar no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o extrato do presente **CONTRATO** às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura, para dar-lhe a devida eficácia.



TCE RJ
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TCE - RJ
PROCESSO Nº 302.232-7/13
PÁGINA 398

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(DO FORO)

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

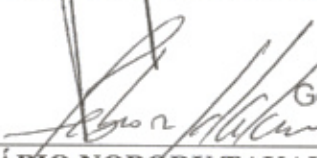
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **CONTRATO** em 2 (duas) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2013.


Contratante:


JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

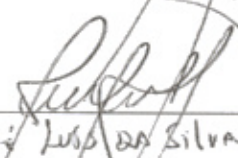
Contratada:

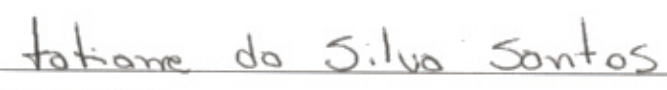

Fabio Noboru
Gerente de Negócios
TS Support
FÁBIO NOBORU TAKAKUWA
HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.

Contratada:


Levi Pedro
Gerente Contratos
RG: 17.417.311
CPF: 114.793.938-19
LEVI FLORENTINO PEDRO
HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.

Testemunhas:


Nome legível: Andre Luis da Silva Nascimento
Identidade: 09705613-9 RJ


Nome legível: Tatiane da Silva Santos
Identidade: 45.204.789-4